

LEI 13.964/2019 E A CADEIA DE CUSTÓDIA: AVANÇOS E DESAFIOS NA PRESERVAÇÃO DA PROVA PENAL

Letícia Rodrigues Pereira¹
Leonardo Guimarães Torres²

RESUMO: A Lei nº 13.964/2019, conhecida como “Pacote Anticrime”, inseriu os artigos 158-A a 158-F no Código de Processo Penal, instituindo regras específicas sobre a cadeia de custódia da prova penal. O presente artigo tem como objetivo analisar os avanços, desafios e perspectivas de aprimoramento decorrentes dessa normatização, com ênfase na preservação da integridade dos vestígios e na validade processual das provas. A pesquisa, de natureza qualitativa e abordagem bibliográfica, fundamenta-se em doutrinas jurídicas, legislação e precedentes judiciais. Constatou-se que a lei representou importante progresso ao sistematizar as etapas de manuseio dos vestígios, conferindo maior segurança jurídica e transparência à persecução penal. Contudo, a carência de infraestrutura adequada, de profissionais especializados e de capacitação técnica ainda compromete sua efetividade. O estudo também propõe medidas de aprimoramento, como o uso de tecnologias digitais de rastreamento, a padronização nacional dos procedimentos e o fortalecimento da integração interinstitucional. Conclui-se que o fortalecimento institucional e a modernização tecnológica são fundamentais para consolidar uma cadeia de custódia eficiente, ética e alinhada aos valores constitucionais da dignidade humana e da busca pela verdade real.

Palavras-chave: Cadeia de custódia. Lei 13.964/2019. Prova penal. Processo penal. Perícia criminal.

4487

ABSTRACT: Law No. 13,964/2019, known as the “Anti-Crime Package,” incorporated Articles 158-A to 158-F into the Brazilian Code of Criminal Procedure, establishing specific rules for the chain of custody of criminal evidence. This article aims to analyze the advances, challenges, and prospects for improvement resulting from this regulation, emphasizing the preservation of evidence integrity and the procedural validity of forensic proof. The research, qualitative in nature and based on a bibliographic approach, relies on legal doctrine, legislation, and judicial precedents. The findings indicate that the law represents significant progress by systematizing the stages of evidence handling, thereby enhancing legal certainty and transparency in criminal prosecution. However, the lack of adequate infrastructure, specialized professionals, and technical training still hampers its effectiveness. The study also proposes measures for improvement, such as adopting digital tracking technologies, establishing national procedural standards, and strengthening interinstitutional integration. It concludes that institutional strengthening and technological modernization are essential to consolidate an efficient and ethical chain of custody consistent with the constitutional values of human dignity and the pursuit of truth.

Keywords: Chain of custody. Law 13.964/2019. Criminal evidence. Criminal procedure. Forensic science.

¹Acadêmica do Curso de Direito-2025, UNIRG.

²Graduado em Direito pela UnirG / Pós-graduado em Direito Tributário pela UnirG e em Direito Contratual pela LEGALE/SP.

INTRODUÇÃO

Nos crimes de natureza violenta, as provas periciais obtidas durante a investigação — como vestígios biológicos, impressões digitais e exames de DNA — assumem papel essencial para a identificação do autor, a reconstrução da dinâmica delitiva e a elucidação das circunstâncias do fato. A confiabilidade desses elementos depende diretamente da manutenção da integridade e autenticidade das provas, o que justifica a relevância da cadeia de custódia no processo penal brasileiro.

Com esse propósito, foi sancionada em 24 de dezembro de 2019 a Lei nº 13.964/2019, conhecida como Pacote Anticrime, a qual promoveu significativas alterações na legislação penal e processual penal, inserindo os artigos 158-A a 158-F no Código de Processo Penal. Esses dispositivos regulamentam, de forma inédita e detalhada, os procedimentos de controle e rastreamento dos vestígios desde a coleta até sua apresentação em juízo, assegurando transparência e confiabilidade às provas produzidas.

O Capítulo II do Título VII do Código de Processo Penal, intitulado “Do exame de corpo de delito, da cadeia de custódia e das perícias em geral”, passou a definir expressamente os conceitos de vestígio e cadeia de custódia, bem como a sequência de atos destinados à preservação e documentação das evidências. Assim, consolidou-se um marco normativo de extrema relevância para a efetividade do devido processo legal e para a prevenção de nulidades processuais decorrentes da manipulação inadequada das provas.

4488

Dessa forma, o presente artigo tem por objetivo analisar os avanços introduzidos pela Lei nº 13.964/2019 na formalização da cadeia de custódia, os desafios práticos de sua aplicação e as perspectivas de aprimoramento institucional e tecnológico para a preservação da prova penal, à luz dos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da dignidade da pessoa humana. Busca-se demonstrar que a efetividade do instituto depende não apenas de previsão legal, mas também de estrutura adequada, capacitação técnica e integração entre os órgãos de persecução penal.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, com abordagem bibliográfica e documental. Foram utilizadas como fontes principais a legislação penal e processual penal vigente, doutrinas especializadas — como as de Aury Lopes Jr., Guilherme de Souza Nucci e Norberto Avena —, decisões jurisprudenciais do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, além de artigos científicos e reportagens de órgãos oficiais. O método adotado é o dedutivo, partindo da análise teórica da

norma jurídica e dos princípios processuais até a verificação de sua aplicação prática e das propostas de aperfeiçoamento da cadeia de custódia no sistema de justiça criminal brasileiro.

1. A LEI Nº 13.964/2019 E A INSERÇÃO DA CADEIA DE CUSTÓDIA NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

A cadeia de custódia da prova penal constitui um dos pilares essenciais para garantir a autenticidade e integridade dos vestígios utilizados como base para a denúncia do Ministério Público e para a formação da convicção judicial. Com o objetivo de reforçar a confiabilidade do material probatório e evitar contaminações ou manipulações indevidas, foi sancionada, em 24 de dezembro de 2019, a Lei nº 13.964, denominada “Pacote Anticrime”, que promoveu amplas reformas no Direito Penal e Processual Penal brasileiro. Dentre as inovações, destacam-se os arts. 158-A a 158-F do Código de Processo Penal, que estabelecem regras detalhadas sobre o manuseio, o registro e a preservação dos vestígios colhidos durante a investigação criminal.

A importância dessa regulamentação decorre do fato de que, mesmo com o avanço normativo, persistem desafios relevantes na aplicação prática da cadeia de custódia, sobretudo nas etapas de coleta, acondicionamento, transporte e armazenamento das evidências. Tais fragilidades podem comprometer a fidedignidade da prova, ensejar nulidades processuais e, em casos mais graves, conduzir a decisões judiciais injustas, ferindo direitos e garantias fundamentais como o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal.

4489

Nesse contexto, uma análise crítica da aplicação da Lei nº 13.964/2019 revela obstáculos enfrentados cotidianamente por policiais, peritos, defensores públicos, membros do Ministério Público e magistrados, evidenciando que a efetividade da cadeia de custódia depende não apenas da previsão legal, mas também de infraestrutura adequada e capacitação técnica contínua dos profissionais responsáveis pela investigação e persecução penal. Assim, o aprimoramento dos meios de preservação da prova é condição indispensável para o fortalecimento da justiça penal e para a proteção dos direitos fundamentais no processo.

1.1. Conceito de Cadeia de Custódia

No que se refere à cadeia de custódia, Lopes Jr. (2025) define-a como um conjunto de procedimentos interligados, semelhantes aos elos de uma corrente, cuja finalidade é assegurar a integridade, a legalidade e a confiabilidade da prova, desde a identificação dos vestígios até o seu descarte. Qualquer falha nesse percurso compromete toda a estrutura probatória. A partir dessa concepção, torna-se evidente que a cadeia de custódia desempenha papel fundamental na

investigação criminal, servindo de alicerce para o inquérito policial, o qual tem por finalidade reunir elementos que embasem a denúncia a ser oferecida pelo Ministério Público.

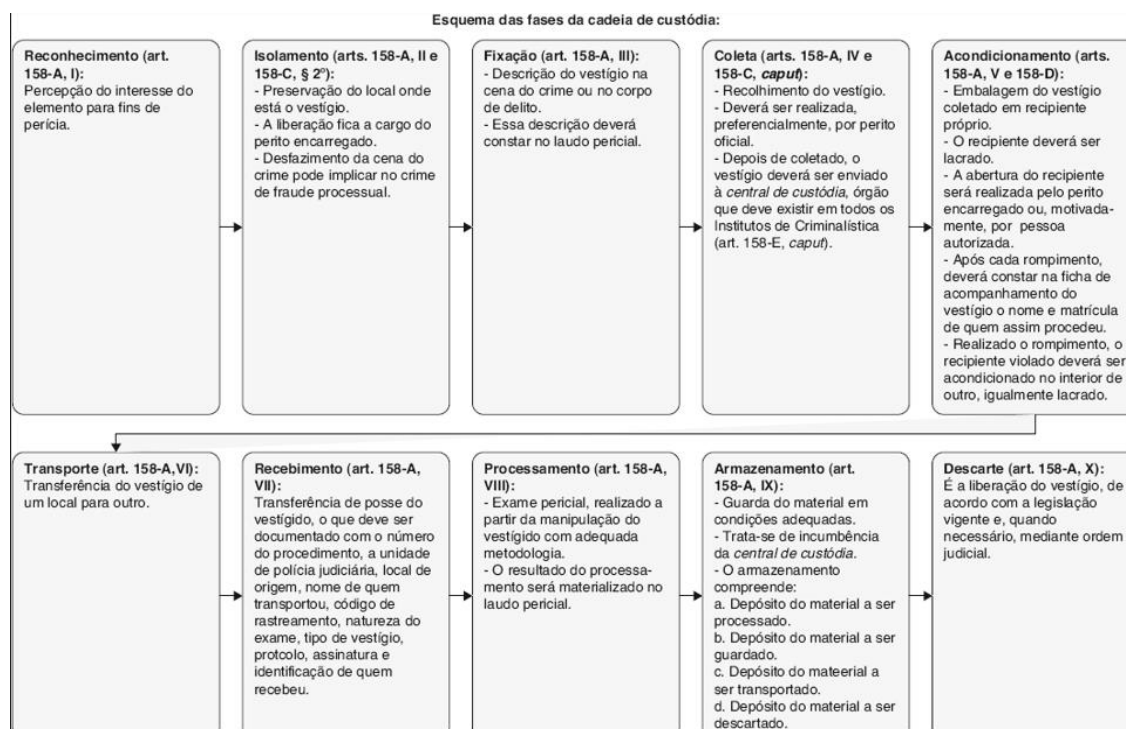
Conforme destacou o Ministro Ribeiro Dantas, no julgamento do Recurso em Habeas Corpus n.º 77.836 (STJ, 2019):

A cadeia de custódia tem como objetivo garantir a todos os acusados o devido processo legal e os recursos a ele inerentes, como a ampla defesa, o contraditório e, principalmente, o direito à prova lícita. O instituto abrange todo o caminho que deve ser percorrido pela prova até sua análise pelo magistrado, sendo certo que qualquer interferência durante o trâmite processual pode resultar na sua imprestabilidade. (DANTAS, RHC 77.836, 2019).

No tocante ao conceito de vestígio, Nucci ensina que:

Este constitui o rastro deixado pelo crime, que, como regra, estabelece-se no campo material, visível pelos interessados na formação da prova. A definição proposta por este parágrafo está correta. Porém, não se pode esquecer da existência dos vestígios imateriais, que ficam guardados na memória de uma testemunha, por exemplo, a fim de gerar a prova da existência de um crime contra a honra, quando verbalizado. Efetuada a ofensa, oralmente, quem a suporta e guarda é a vítima; mas esse rastro imaterial também é memorizado por quem estiver por perto, atuando como testemunha. É por tal motivo que o art. 167 deste Código aceita, em casos excepcionais, a formação da materialidade do crime por testemunhas. (NUCCI, 2023, p. 415)

O rastreamento de vestígio tem como objetivo “seguir as pistas de algo”, através das etapas estabelecidas no artigo 158-B, que são:



Fonte: (AVENA, 2023, p. 513)

2. O PROCEDIMENTO LEGAL DA CADEIA DE CUSTÓDIA E SUAS ETAPAS OPERACIONAIS

De acordo com o artigo 158-B do Código de Processo Penal (CPP), a cadeia de custódia compreende um conjunto de etapas sucessivas destinadas a garantir o rastreamento do vestígio, desde sua coleta até o descarte final. Essas fases visam assegurar a autenticidade e integridade da prova, prevenindo contaminações, substituições ou perdas que possam comprometer sua validade jurídica.

O dispositivo legal estabelece as seguintes fases do procedimento: reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento, transporte, recebimento, processamento, armazenamento e descarte.

Cada uma dessas etapas possui relevância técnica própria, exigindo atuação coordenada entre os órgãos de segurança pública e os institutos de criminalística. A ausência de registro ou a violação de qualquer dessas fases pode acarretar a nulidade da prova.

Conforme dispõe o artigo 158-B do CPP, o rastreamento de vestígios segue as seguintes etapas:

- I - reconhecimento: ato de distinguir um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial;
- II - isolamento: ato de evitar que se altere o estado das coisas, devendo isolar e preservar o ambiente imediato, mediato e relacionado aos vestígios e local de crime;
- III - fixação: descrição detalhada do vestígio conforme se encontra no local de crime ou no corpo de delito, e a sua posição na área de exames, podendo ser ilustrada por fotografias, filmagens ou croqui, sendo indispensável a sua descrição no laudo pericial produzido pelo perito responsável pelo atendimento;
- IV - coleta: ato de recolher o vestígio que será submetido à análise pericial, respeitando suas características e natureza;
- V - acondicionamento: procedimento por meio do qual cada vestígio coletado é embalado de forma individualizada, de acordo com suas características físicas, químicas e biológicas, para posterior análise, com anotação da data, hora e nome de quem realizou a coleta e o acondicionamento;
- VI - transporte: ato de transferir o vestígio de um local para o outro, utilizando as condições adequadas (embalagens, veículos, temperatura, entre outras), de modo a garantir a manutenção de suas características originais, bem como o controle de sua posse;
- VII - recebimento: ato formal de transferência da posse do vestígio, que deve ser documentado com, no mínimo, informações referentes ao número do procedimento e unidade de polícia judiciária relacionada, local de origem, nome de quem transportou o vestígio, código de rastreamento, natureza do exame, tipo do vestígio, protocolo, assinatura e identificação de quem o recebeu;
- VIII - processamento: exame pericial em si, manipulação do vestígio de acordo com a metodologia adequada às suas características biológicas, físicas e químicas, a fim de se obter o resultado desejado, que deverá ser formalizado em laudo produzido por perito;
- IX - armazenamento: procedimento referente à guarda, em condições adequadas, do material a ser processado, guardado para realização de contraperícia, descartado ou transportado, com vinculação ao número do laudo correspondente;
- X - descarte: procedimento referente à liberação do vestígio, respeitando a legislação vigente e, quando pertinente, mediante autorização judicial.

O artigo 158-E complementa ao determinar que os Institutos de Criminalística devem dispor de um espaço especialmente destinado à Central de Custódia, responsável por assegurar a guarda e o controle rigoroso dos vestígios coletados durante as investigações. A administração dessa central é de competência exclusiva do órgão pericial oficial, o que garante a integridade, rastreabilidade e confiabilidade dos elementos de prova.

A doutrina ressalta que a preservação da cadeia de custódia exige extremo cuidado por parte dos agentes públicos, desde a coleta até a análise do material. Como destaca Lopes Jr.: que:

A preservação da cadeia de custódia exige grande cautela por parte dos agentes do estado, da coleta à análise, de modo que se exige o menor número de custódios possível e a menor manipulação do material. O menor número de pessoas manipulando o material faz com que seja menos manipulado e a menor manipulação conduz a menor exposição. Expor menos é proteção e defesa da credibilidade do material probatório. (LOPES JR, 2025, p.488).

Nucci (2024), por sua vez, observa que o descumprimento das regras que regulam a cadeia de custódia gera nulidade relativa, sendo necessário que a parte interessada comprove o efetivo prejuízo sofrido para que a prova seja desconsiderada.

Além disso, ao realizar uma análise crítica da cadeia de custódia após a vigência da Lei nº 13.964/2019, torna-se possível identificar obstáculos enfrentados na prática por profissionais como agentes policiais, peritos, defensores, membros do Ministério Público e magistrados. Essa análise também evidencia a necessidade de capacitação técnica e de melhoria da infraestrutura dos órgãos encarregados da investigação e persecução penal, a fim de assegurar a efetividade das garantias processuais.

Apesar dos avanços normativos descritos, ainda há entraves práticos na efetividade da cadeia de custódia, como se verá a seguir.

3. DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA CADEIA DE CUSTÓDIA E NA EFETIVIDADE DA LEI Nº 13.964/2019

Embora a Lei nº 13.964/2019 tenha estabelecido diretrizes precisas quanto à observância do devido processo legal e à criação de institutos, centros especializados e equipes periciais qualificadas, a realidade prática ainda se distancia do modelo ideal delineado pelo legislador. A efetiva implementação da cadeia de custódia — essencial para a coleta, preservação e rastreabilidade dos vestígios — enfrenta obstáculos estruturais e operacionais que comprometem a integridade da prova e, conseqüentemente, a própria busca pela verdade real.

Na rotina das investigações, verifica-se que a aplicação rigorosa dos procedimentos previstos nos arts. 158-A a 158-F do Código de Processo Penal raramente ocorre de forma integral. Apesar de o “Pacote Anticrime” representar um avanço notável no tratamento jurídico

da prova penal, muitos servidores públicos ainda encontram dificuldades concretas para cumprir todas as etapas exigidas, seja por falta de capacitação técnica, seja por limitações de infraestrutura dos órgãos responsáveis.

A precariedade dos institutos de criminalística e a carência de recursos materiais e humanos são frequentemente apontadas como entraves à plena efetividade da cadeia de custódia. Nesse sentido, uma reportagem publicada pela *Rádio Band News* (2021) destacou que:

No Instituto de Criminalística do Amazonas, foram constatadas diversas irregularidades, como a precariedade das instalações, ausência de espaços físicos adequados para a realização das perícias e o armazenamento de amostras, além de problemas nas instalações elétricas que colocam em risco a vida dos servidores e do público externo.” (RÁDIO BAND NEWS, 2021, online).

Esses dados ilustram a distância entre o texto legal e a realidade operacional enfrentada pelos órgãos de persecução penal no Brasil. A ausência de condições adequadas para a execução das perícias, somada à sobrecarga de trabalho dos profissionais da área, revela que a efetividade da cadeia de custódia depende não apenas de normas jurídicas, mas de políticas públicas voltadas à modernização estrutural e à valorização técnica dos peritos e agentes envolvidos no processo investigativo.

É importante destacar que cada procedimento pericial requer o uso de equipamentos específicos destinados à coleta e preservação adequada dos vestígios, garantindo que as provas mantenham sua integridade e não se percam ao longo do tempo. Segundo o superintendente de Polícia Técnico-Científica, perito oficial criminal Francisco Mutz Ratzke, “*são ferramentas que vão facilitar na busca de vestígios e subsidiar um laudo de melhor qualidade*” (POLÍCIA CIVIL DO ESPÍRITO SANTO, 2022).

Nessa mesma matéria é destacado os equipamentos presentes nas maletas, dos peritos criminais, sendo eles:

- Conjunto de placas de 1 a 100, em formato V, para identificação e fixação de vestígios em local de crime;
- Detector de tensão sem contato, no formato de caneta, utilizado para detecção de presença de tensão e para localização/rastreamento de cabos energizados, por exemplo, em locais de incêndio;
- Emissor de radiação portátil, tipo laser vermelho, próprio para análise de trajetória balística, determinando as trajetórias de disparos de arma de fogo em cenas de crime;
- Equipamentos de luzes forenses para busca de vestígios biológicos em local de crime: mínimo de três comprimentos de ondas UV (405nm), BMT (450nm) e verde (525nm);
- Lupa de mão com luz led para observar vestígios como digitais ou fios de cabelo;
- Lupa conta fios de medição, com ampliação em torno de 8x, destinada à medição de comprimentos, ângulos, diâmetros e espessuras de linhas;
- Paquímetro profissional digital para medir com precisão vestígios como perfurações ou projéteis de arma de fogo;
- Régua para foto de evidência em escala;
- Trena a laser para medir distâncias e dimensões em cenas de crime;

- Inclínômetro para medir declividade de rodovia ou ângulo de trajetórias de disparos de arma de fogo;
- Amperímetro/Multímetro digital para auxiliar nas perícias em acidentes de trabalho ou incêndio; (Polícia Civil do Espírito Santo, 2022, online)

O perito Oficial Criminal Régis Farani, que atua na Sessão de Reprodução Simulada em Exames Especiais, declara:

A gente precisa desses investimentos para evitar que inocentes sejam acusados indevidamente e para conseguir provas para condenar de forma justa pessoas que tenham cometido ilícitos. Quando a gente percebe que o trabalho ajudou o delegado, ajudou na investigação e, posteriormente, no processo, a gente fica muito satisfeito. (Polícia Civil do Espírito Santo, 2022, online)

No entanto, esses materiais nem sempre estão disponíveis aos peritos, o que os leva a recorrer a métodos alternativos para garantir a preservação dos vestígios coletados. Soma-se a isso a escassez de concursos públicos destinados à contratação de peritos oficiais, fotógrafos forenses, papiloscopistas e demais profissionais essenciais à perícia criminal, fator que compromete de forma significativa a qualidade e a eficiência das investigações técnico-científicas.

4. PERSPECTIVAS E PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DA CADEIA DE CUSTÓDIA

Embora a Lei nº 13.964/2019 represente um marco na normatização da cadeia de custódia no processo penal brasileiro, sua plena efetividade depende da superação de desafios estruturais, institucionais e tecnológicos. A complexidade dos procedimentos previstos nos artigos 158-A a 158-F do Código de Processo Penal exige um modelo de gestão integrado, capaz de assegurar a rastreabilidade e a integridade dos vestígios desde a coleta até o julgamento. Nesse sentido, a criação de um Sistema Nacional de Gestão de Vestígios, com base em padrões unificados de registro, controle e armazenamento, poderia fortalecer a confiabilidade das provas e reduzir o risco de nulidades processuais.

A modernização tecnológica também constitui um vetor essencial de aprimoramento. O uso de selos digitais, QR codes e plataformas baseadas em blockchain pode garantir o monitoramento contínuo da trajetória dos vestígios, impedindo manipulações indevidas e aumentando a transparência na persecução penal. Experiências internacionais indicam que sistemas automatizados de rastreamento, aliados a bancos de dados compartilhados entre os órgãos periciais e o Poder Judiciário, reduzem significativamente as falhas humanas e otimizam o controle de autenticidade da prova.

Outro aspecto indispensável é o investimento em capacitação técnica. A efetividade da cadeia de custódia depende da atuação qualificada de peritos, policiais e demais agentes públicos,

os quais devem dominar tanto os fundamentos legais quanto os procedimentos científicos de coleta e preservação de vestígios. Programas de formação continuada, aliados à valorização profissional e à melhoria das condições de trabalho, são medidas imprescindíveis para garantir a credibilidade da prova pericial.

Por fim, propõe-se o fortalecimento da integração interinstitucional entre os órgãos de segurança pública, Ministério Público, Defensoria e Poder Judiciário, promovendo fluxos de comunicação eficientes e protocolos operacionais conjuntos. Somente com a combinação entre inovação tecnológica, capacitação e gestão integrada será possível transformar a cadeia de custódia em um instrumento efetivo de justiça, consolidando o equilíbrio entre eficiência investigativa e proteção das garantias fundamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cadeia de custódia da prova penal constitui um dos pilares essenciais da persecução criminal, assegurando a preservação, autenticidade e integridade dos vestígios utilizados como base probatória nas ações penais. A promulgação da Lei nº 13.964/2019, o denominado “Pacote Anticrime”, representou um marco relevante ao inserir no Código de Processo Penal os artigos 158-A a 158-F, que disciplinam de forma minuciosa o manuseio, o registro e a conservação das evidências colhidas durante as investigações.

4495

Todavia, constata-se que, apesar do avanço normativo, persistem desafios significativos em sua aplicação prática, especialmente nas etapas de coleta, acondicionamento, transporte e guarda dos vestígios. Essas deficiências comprometem a confiabilidade da prova, podendo ocasionar nulidades processuais e, em última instância, violar garantias constitucionais como o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal.

A análise empreendida demonstrou que a efetividade da cadeia de custódia depende não apenas da previsão legal, mas também da consolidação de políticas públicas voltadas à capacitação técnica e à modernização estrutural dos órgãos de investigação e perícia. O fortalecimento das instituições responsáveis pela persecução penal, aliado à formação continuada de peritos, policiais e operadores do Direito, é condição indispensável para que o ideal normativo se concretize no cotidiano forense.

Além disso, os resultados apontam para a necessidade de implementação de um sistema nacional padronizado de gestão de vestígios, com o uso de tecnologias de rastreamento digital — como QR codes e blockchain —, bem como para a integração entre os órgãos de segurança

pública, Ministério Público, Defensoria e Poder Judiciário. Essas medidas podem promover maior transparência, eficiência e credibilidade na produção da prova penal.

Assim, compreender as inovações introduzidas pela Lei nº 13.964/2019 e enfrentar os entraves que ainda limitam sua efetividade é passo fundamental para o aprimoramento da justiça criminal. O fortalecimento da cadeia de custódia não apenas garante a validade e a legitimidade da prova penal, mas também reafirma o compromisso do Estado com um processo penal ético, tecnológico e compatível com os valores constitucionais da dignidade humana e da busca pela verdade real.

Portanto, o presente estudo contribui para o avanço do debate jurídico e prático sobre a prova penal, ao demonstrar que a efetividade da cadeia de custódia exige a integração entre norma, estrutura, tecnologia e capacitação humana — fundamentos indispensáveis para um processo penal moderno, justo e eficiente.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

AVENA, Norberto. Processo penal. 15. ed. Rio de Janeiro: Método, 2023. E-book. p. 435. ISBN 9786559647774. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559647774/>. Acesso em: 15 out. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 7 maio 2025.

ESPÍRITO SANTO. Polícia Civil. O que um perito criminal leva em sua maleta? Disponível em: <https://pc.es.gov.br/Not%C3%ADcia/o-que-um-perito-criminal-leva-em-sua-maleta>. Acesso em: 8 maio 2025.

LOPES JUNIOR, Aury. Direito processual penal. 22. ed. [S.l.]: Saraiva Jur, 2025.

NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de direito processual penal. [S.l.]: Grupo GEN, 2024.

RAMALHO, Thales Novais; SIQUEIRA, Otávio Henrique Gomes Barbosa Dias de; SOARES, Diego Cesar Gomes; MARINS, Bruno José da Silva; SANTOS, Vinícius Oliveira Cursino dos; RAMALHO, Luiz Fernando Dias. Importância da cadeia de custódia na justiça brasileira: a garantia da integridade da prova e o papel decisivo na condução de processos judiciais. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 9, n. 2, p. 248–257, 2023. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v9i2.8412> Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/8412>. Acesso em: 3 fev. 2025.

SERAFINI, Clebson Thiago. Irregularidades são encontradas no IML e Instituto de Criminalística do Amazonas. Disponível em: <https://www.bandnewsdifusora.com.br/irregularidades-sao-encontradas-no-iml-e-instituto-de-criminalistica-do-am/>. Acesso em: 7 maio 2025.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ). Entendimentos do STJ sobre a quebra da cadeia de custódia. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/23042023-A-cadeia-de-custodia-no-processo-penal-do-Pacote-Anticrime-a-jurisprudencia-do-STJ.aspx>. Acesso em: 7 maio 2025.